

**ATA DA QUADRAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Já comunico aos senhores que nós estamos com a equipe de vacinação contra a influenza no Estacionamento Amarildo Cruz. A vacinação vai acontecer neste dia 21 de maio, o dia todo, então, os deputados e servidores podem ir lá tomar a vacina contra a influenza. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para proceder à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas, público aqui presente e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. *"Ata da Trigésima Nona Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Quarenta e Cinco da Trigésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 50.597/2026, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ofício nº 61/2026, da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofícios nºs 61.766, 61.769, 61.772 e 61.775/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 160/2026, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Ofício nº 72/2026, da Prefeitura Municipal de Dourados; Ofício nº 19/2026, do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul; Ofício nº 17/2026, do Caminhos da Celulose; Carta nº 355/2026, da TIM S.A. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Paulo Duarte, Pedro Kemp, Caravina, Junior Mochi, Pedrossian Neto, Roberto Hashioka, Marcio Fernandes, Mara Caseiro, Lidio Lopes e Zeca do PT. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Londres Machado, Lia Nogueira, Gleice Jane, Jamilson Name, João Henrique, Gerson Claro, Paulo Corrêa e Coronel David. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Paulo Duarte. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 277/2025, de autoria da deputada Lia Nogueira. Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 10/2026, de autoria do deputado Paulo Corrêa; Projeto de Lei nº 45/2026, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 44/2026, de autoria do Poder Judiciário. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 275/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira. Foram aprovadas, em*

*discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Gerson Claro, endereçada aos familiares de Nilson Gomes Azambuja; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Maria Leila Nimer. Foi pedido destaque pelo deputado Coronel David, e rejeitada em votação nominal, a moção de apoio, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à vereadora do município de Mundo Novo, Eliete Feitosa, conhecida como “Neguinha do PT”, em razão dos lamentáveis episódios ocorridos durante a 38ª Festa das Nações, envolvendo o deputado federal Rodolfo Nogueira; requerimento de moção de apoio, de autoria do deputado Antonio Vaz, endereçada à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), pela implantação do curso de Bacharelado em Medicina no Campus de Coxim; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Henrique, endereçada ao senhor Nikolas Ferreira, em reconhecimento à sua visita oficial à capital do Estado de Mato Grosso do Sul, nos dias 22 e 23 de maio de 2026, com votos contrários dos deputados Pedro Kemp e Gleice Jane; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, em reconhecimento à publicação da Portaria Normativa nº 256/2026/DGPC/MS, de 19 de março de 2026, que instituiu o novo Protocolo Institucional de Atendimento às Meninas e Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao novo presidente da Fecomércio-MS, senhor Juliano Battistel Kamm Wertheimer; requerimento de informações, de autoria do deputado Pedro Kemp; indicações, de autoria dos deputados Gleice Jane, Antonio Vaz, Zé Teixeira e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usou da palavra o deputado João Henrique. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezenove de maio do ano de dois mil e vinte e seis”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para proceder à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PL) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas. Expediente da Sessão Ordinária de 21 de maio de 2026: Ofício nº 10.376/2026, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Contrato de Repasse celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul e a Caixa Econômica Federal (Prot. nº 1341/2026); Ofícios nºs 149.344 e 151.051/2026, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), respondendo às indicações dos deputados Renato Câmara e Lia Nogueira (Prot. nº 252, 970/2026); Ofícios nºs 61.956, 61.959, 61.962, 61.965, 61.968, 61.971, 61.974 e 61.977/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Pedrossian Neto, Antonio Vaz, Mara Caseiro, Jamilson Name, Lucas de Lima e Junior Mochi; Ofícios nºs 504, 508, 517, 522 e 539/2026, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Professor Rinaldo, Coronel David e Lucas de Lima (Prot. nº 643, 5046, 725, 516, 2245, 4690, 4694/2026); e-mail da Neoenergia Elektro, respondendo à indicação do deputado Caravina (Prot. nº 984/2026); Carta nº 36/2026, da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf

Nacional), respondendo à moção de congratulação do deputado Paulo Corrêa (Prot. nº 1126/2026). Senhor presidente, está lido o expediente, conforme vossa solicitação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mais uma vez, lembrando aos servidores e a todos: temos a Campanha da Vacinação e nós estaremos descendo daqui a pouco para tomar a vacina. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, peço permissão para fazer a leitura das minhas proposições aqui da Mesa Diretora. Quero apresentar uma moção de pesar aos familiares do senhor Dirceu Carlino, em razão de seu falecimento ocorrido no dia 20 de maio de 2026, aos noventa e dois anos, na cidade de Cuiabá. Radialista e jornalista respeitado, Dirceu Carlino construiu uma trajetória marcante na comunicação mato-grossense, tornando-se referência no rádiojornalismo, deixando um legado de profissionalismo, compromisso com a informação e proximidade com a população. Natural do interior de São Paulo, chegou a Mato Grosso na década de 1970, onde consolidou sua carreira em importantes emissoras, como Rádio Cultura do Oeste e a CBN Cuiabá. Neste momento de dor e despedida, esta Casa de Leis solidariza-se com sua esposa, senhora Isamar Calino, seus filhos Luiz Augusto, Ana Cláudia, Sofia e Ítalo Carlino, bem como com os demais familiares, amigos, colegas de profissão e admiradores, rogando a Deus que conceda conforto e serenidade a todos. Também, senhor presidente, quero apresentar uma indicação ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a construção de um refeitório para atender à Escola Estadual Rui Barbosa, localizada em Campo Grande. A referida unidade escolar funciona em período integral e atende atualmente quinhentos e quarenta e nove alunos, desempenhando importante papel na formação educacional e social de crianças e adolescentes. Entretanto, o espaço atualmente utilizado para a realização das refeições não oferece condições adequadas de conforto, segurança e dignidade aos estudantes. Por último, apresento uma indicação deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a viabilização da construção de um refeitório para atender à Escola Estadual Professora Maria Rita de Cássia Pontes Teixeira, localizada no bairro União, nesta Capital. A escola atende aproximadamente trezentos alunos em período integral, entretanto não dispõe de um refeitório estruturado. Atualmente, o espaço utilizado para as refeições conta apenas com uma cobertura, sem paredes laterais e sem qualquer proteção adequada contra sol, chuva, vento ou frio, comprometendo diretamente o bem-estar e a segurança dos estudantes. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Solicito que Vossa Excelência ocupe a primeira-secretaria momentaneamente, deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas e todos os presentes nesta Sessão. Senhor presidente, quero fazer um pedido de informação à Mesa Diretora. Estive visitando umas escolas

públicas e outras privadas, e faço aqui um pedido para a tramitação de um projeto de lei que já está nesta Casa desde 2024, o Projeto de Lei nº 264, de autoria do Poder Executivo, que permite a instalação de câmeras nas salas de aula, tanto nas escolas públicas quanto nas escolas privadas. Inclusive, a própria proposta prevê a não captação de áudio. Conversei com o secretário de Educação, Hélio Daher, e com vários profissionais da educação sobre esse projeto encaminhado pelo Governo, registrando que a ausência de captação de áudio é uma forma de proteger os profissionais da educação, que muitas vezes são alvo de denúncias. Inclusive, já houve casos de denúncias infundadas contra profissionais da educação. A câmera de segurança dentro da sala de aula, sem captação de áudio, também daria mais segurança aos profissionais da educação, aos professores e professoras. No entanto, esse projeto está parado. Já foi votado em primeira pela CCJR, e eu quero questionar a Mesa sobre o motivo de ele permanecer, há vários meses, na Comissão de Serviços Públicos. É importante que esse projeto tenha sua tramitação normal e agilizada, para que possamos votá-lo aqui em Plenário, pois se trata de um projeto importantíssimo tanto para as escolas públicas quanto para as escolas privadas.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu gostaria de um aparte, deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Pois não, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu queria dizer a Vossa Excelência que, por coincidência, ontem conversei também com o secretário de Estado de Educação, professor Hélio Daher, porque o Conselho Estadual de Educação baixou uma resolução proibindo câmeras nas salas de aula. Segundo a alegação do Conselho, isso ocorre porque existe uma lei estadual, aprovada há dez anos aqui na Assembleia Legislativa, que proíbe a instalação dessas câmeras e que ainda está em vigor. Esse projeto que está tramitando na Casa poderia resolver essa situação. As escolas estão solicitando essa atualização ou mudança da lei para permitir as câmeras em sala de aula, porque algumas instituições, inclusive à revelia da legislação atualmente em vigor, implantaram essas câmeras e afirmam que isso ajudou muito a coibir violência, furtos em sala de aula e brigas. Agora, porém, o Conselho está proibindo. O secretário, inclusive, disse: “Olha, é importante que haja, na Assembleia, uma agilidade na tramitação desse projeto, porque isso resolveria essa questão”. E, como bem disse Vossa Excelência, trata-se da permissão de câmeras sem captação de áudio. Esse era o ponto polêmico. Então, eu queria me somar a Vossa Excelência. Acho que nós poderíamos conversar com a deputada Gleice Jane, que está com o projeto, para agilizar essa votação aqui na Casa.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Na verdade, deputado, o projeto já foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, aprovado em primeira votação, e está há alguns meses na Comissão de Serviços Públicos. E não se trata de um projeto elaborado sem discussão. A comunidade escolar, os profissionais da educação, o secretário de Estado de Educação e, inclusive, o deputado Pedro Kemp, participaram desse debate. Houve, inclusive, o caso de uma determinada sala de aula em

que já existiam essas câmeras, mesmo ainda sem amparo legal, e as imagens serviram como prova para desmentir uma acusação falsa feita contra um professor, que teria sido acusado de assédio. As imagens comprovaram que esse assédio não aconteceu. Portanto, além de coibir uma série de situações, o sistema também protege o profissional da educação dentro da sala de aula, registrando, mais uma vez, que o projeto prevê apenas a captação de imagens, sem gravação de áudio. Então, eu gostaria que a Mesa respondesse por que esse projeto não está tramitando normalmente dentro desta Casa. Vou consultar a nossa Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos. Passo a informação para a Vossa Excelência, na sequência. Agora, inscrito no Pequeno Expediente, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Só um minutinho, deputado. Registro a presença de Vanderlei Bottega e Kaldi Filho, ambos vereadores do município Mundo Novo. Concedo a palavra ao ilustre deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópias ao prefeito do município de Anaurilândia, senhor Rafael Gusmão Hamamoto, e ao supervisor regional da Neoenergia Elektro, unidade de Teodoro Sampaio, senhor Cristiano Ribeiro Pires, solicitando que sejam solucionados os problemas relacionados à instabilidade e às constantes quedas de energia elétrica no município e no distrito de Vila Quebracho, bem como solicitando a manutenção de postes de distribuição de energia em risco iminente de queda. A presente indicação tem como objetivo atender à solicitação encaminhada a este gabinete parlamentar, por meio do Requerimento nº 045/2026, oriundo da Câmara Municipal de Anaurilândia, de autoria do vereador Ronei Adriano Pardini (Republicanos). Atualmente, o município de Anaurilândia enfrenta constantes interrupções no fornecimento de energia elétrica. Em razão disso, observa-se prejuízo à qualidade de vida da população e ao comércio local, uma vez que os frequentes apagões e desligamentos programados geram graves riscos que vão além da falta de iluminação, afetando a saúde, a segurança pública e a infraestrutura básica da região. Não se pode olvidar que, conforme estabelece o artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor, os órgãos públicos e suas concessionárias são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos. Ora, o fornecimento de energia elétrica constitui serviço essencial e de utilidade pública, sendo condição indispensável para a dignidade da pessoa humana e para a efetivação de outros direitos fundamentais. Além disso, requer-se a realização de manutenção urgente em postes de distribuição de energia que se encontram em risco iminente de queda na zona rural do município, nas proximidades da rodovia MS-276, no trecho de saída de Anaurilândia em direção ao município de Bataguassu, conforme se depreende das imagens anexadas à presente proposição. Dessa forma, é notória a urgência da adoção das providências pleiteadas no Requerimento nº 045/2026, a fim de garantir maior segurança, estabilidade no fornecimento de energia elétrica e melhores condições de

vida aos munícipes. Diante do exposto, solicita-se o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Excelentíssimo senhor Eduardo Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, e ao senhor Renato dos Anjos Garnes, comandante da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, solicitando que seja viabilizada a instalação de sistema de videomonitoramento policial no Polo Empresarial Oeste, nesta Capital. A proposta em questão visa atender às solicitações encaminhadas diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Glauber Alberto Brustolin, presidente da Associação dos Empresários do Polo Empresarial Oeste. A presente solicitação busca atender importante demanda de segurança pública da região, considerando o significativo fluxo de trabalhadores, empresários, prestadores de serviços e veículos que circulam diariamente no Polo Empresarial Oeste. A instalação do sistema de videomonitoramento contribuirá para a prevenção e o combate à criminalidade, auxiliando na identificação de ações suspeitas, furtos, roubos e demais ocorrências, proporcionando maior segurança aos empreendimentos instalados no local. Além disso, o monitoramento eletrônico permitirá maior agilidade das forças policiais nas ações preventivas e ostensivas, fortalecendo a sensação de segurança para empresários, funcionários e toda a população que utiliza a região. A medida também contribuirá para a proteção do patrimônio público e privado, incentivando novos investimentos e o desenvolvimento econômico da Capital. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Deputado Antonio Vaz, peço desculpas a Vossa Excelência por tê-lo atrapalhado no começo, em função da condução dos trabalhos. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira, no Pequeno Expediente. Bom dia, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e todos que nos assistem por meio da nossa televisão. Quero apresentar algumas indicações. A primeira é destinada ao senhor Rodrigo Perez, solicitando a realização de obra de pavimentação asfáltica na rua Nelson de Matos, no trecho compreendido entre a rua Ponta Porã e o Anel Viário Norte, com acesso à Rodovia Ivo Anunciato Cezósimo (MS-379), no município de Dourados. Outra indicação também ao nosso secretário Rodrigo Perez Ramos e ao diretor-presidente do Departamento Estadual de Trânsito, Detran/MS, senhor Rudel Trindade Júnior, solicitando a adoção de providências urgentes visando à melhoria da segurança viária na rodovia MS-276, nas proximidades do distrito de Lagoa Bonita, no município de Deodápolis, em razão da retirada dos quebra-molas existentes no local. Outra indicação também ao secretário Rodrigo Perez Ramos, solicitando, em caráter de urgência, a realização dos reparos e serviços de recuperação necessários na rodovia MS-147, na região da Oitava Linha, nas proximidades do Quadro Tufão, no município de Fátima do Sul. Outra indicação também ao nosso secretário Rodrigo Perez Ramos, solicitando obra de pavimentação asfáltica no Travessão do Castelo, no trecho compreendido entre o prolongamento da avenida Marcelino Pires e o Anel Viário, no município de Dourados. Indicação também ao senhor Rodrigo Perez Ramos e ao senhor

Rudel Espíndola Trindade Júnior, solicitando a realização de estudos técnicos visando à implantação de lombada ou redutor de velocidade na rodovia MS-276, no município de Fátima do Sul, especialmente no trecho onde foram retirados os dispositivos anteriormente existentes. Outra indicação ao senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando estudos técnicos para abertura de defesa metálica guard rail na rodovia MS-156, rodovia José Moreno, nas proximidades do KM 2, após a BR-163, sentido Distrito Industrial, no município de Dourados. Indicação ao secretário Rodrigo Peres Ramos, solicitando a realização de estudos técnicos visando à elaboração de projeto para implantação de um rodoanel, iniciando no KM 10, na Décima Linha, percorrendo toda a extensão da referida linha, bem como a sinalização da primeira curva logo após o distrito de Lagoa Bonita, no município de Deodápolis. Indicação ao senhor secretário Rodrigo Perez Ramos, solicitando a execução de obras de recuperação da malha asfáltica, com serviços de recapeamento na rodovia MS-274, no trecho compreendido entre as rodovias MS-276 e MS-376, via que corta o distrito de Indápolis, no município de Dourados. Indicação ao senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando estudos técnicos visando à implantação de iluminação pública na rotatória do Anel Viário, no município de Itaporã. Última indicação também ao senhor Rodrigo Perez Ramos, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, solicitando apoio e parceria do Executivo Estadual na realização de estudos técnicos para elaboração de projeto visando à implantação de sistema de segurança com torres, equipamentos de câmeras, monitoramento e dispositivos integrados de vigilância na área central, parques, praças e principais vias de acesso do município de Dourados. Senhor presidente, eram apenas essas indicações. Espero ter retorno e atendimento de pelo menos uma delas. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, senhores e senhoras presentes, público que nos acompanha pela TV ALEMS e Rádio ALEMS. Senhor presidente, trago duas indicações. A primeira é para que seja encaminhada ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, com cópia ao comandante-geral da PM, coronel PM Renato dos Anjos Garnes, solicitando a destinação de um veículo para o atendimento do Programa Mulher Segura (Promuse), no município de Mundo Novo, diante da necessidade de fortalecimento das ações preventivas e de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade. Este pedido nos foi encaminhado pelos vereadores Ravini e Elson, parlamentares muito atuantes no município de Mundo Novo. Eles foram os principais articuladores para a instalação do Programa Promuse no município e, agora, solicitam esse veículo para fortalecer as ações locais. Outra indicação, também endereçada ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antônio Carlos Videira, com cópia ao comandante-geral da Polícia Militar, coronel Renato dos Anjos Garnes, solicita a ampliação do atendimento do projeto Patrulha Mirim no município de Paranaíba, com a criação de uma nova turma para atender à crescente demanda de estudantes. Além disso, pedimos o retorno do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), nas escolas da rede municipal

de ensino. O objetivo é fortalecer as ações preventivas, educativas e de formação cidadã voltadas para crianças e adolescentes do município, ampliando as oportunidades de desenvolvimento social, disciplina e conscientização no ambiente escolar. Senhor presidente, é muito importante o retorno desse projeto, principalmente do Proerd, que é um programa de destaque da Polícia Militar, assim como a Patrulha Mirim, no município de Paranaíba. Esse pedido nos foi encaminhado pelo vereador César Moretti e pela secretária municipal de Educação, Jane Paula da Silva. São projetos importantíssimos da nossa Polícia Militar e que fazem a diferença na vida de adolescentes e estudantes. O Proerd fez história em nosso estado. Eu acompanhei de muito perto esse trabalho quando ainda era delegado de polícia, e efetivamente é importante o retorno desse programa. Trago também um projeto de lei. Inclusive, acredito que o deputado Antonio Vaz já apresentou uma indicação sobre energia elétrica. Realizamos aqui, deputado Junior Mochi, uma audiência pública bastante produtiva, e agora estamos encaminhando o relatório final com tudo o que foi apurado, além das demandas e reclamações levantadas pela população. Destaco aqui: falta de transparência; número insuficiente de equipes e prestadores de serviço; demora excessiva no restabelecimento de energia; atendimento ineficiente e excessivamente digitalizado; impactos severos no setor produtivo; infraestrutura defasada e falta de manutenção adequada; cobranças e penalidades abusivas; desigualdade no acesso e na qualidade dos serviços no interior; e falhas graves na comunicação entre a concessionária e os usuários. Todas essas demandas, deputado Coronel David, foram levantadas durante a audiência pública sobre o atendimento da Energisa no estado. Tudo isso foi apresentado por diversos setores que participaram da audiência, incluindo a Agems, o Procon, representantes de produtores rurais e a classe política de todo o estado. Esse relatório detalhado será disponibilizado em nossas redes sociais e formalmente encaminhado à Mesa Diretora da Assembleia e à Agems. Como resultado prático dessa audiência pública, estou apresentando um projeto de lei, que tramitará pelas comissões competentes, como a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), com o objetivo de estabelecer regras mais rígidas para as concessionárias de energia do nosso estado. Vale lembrar que temos duas operadoras em Mato Grosso do Sul: a Neoenergia Elektro, que atende cinco municípios, e a Energisa, que atende setenta e quatro municípios. O objetivo é fazer com que essas empresas, diante do que será estabelecido nesta lei, possam evitar o principal problema detectado na audiência: a demora no restabelecimento da energia elétrica. A Aneel possui uma resolução que estipula o tempo máximo de atendimento para quedas causadas por problemas climáticos ou falhas estruturais, porém esses prazos não estão sendo cumpridos. Portanto, apresentamos o seguinte projeto: “Dispõe sobre a concessão de compensação financeira adicional ao consumidor em razão de interrupção prolongada no fornecimento de energia elétrica no Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º – Esta lei dispõe sobre a concessão de compensação financeira adicional ao consumidor em razão de interrupção não programada no fornecimento de energia elétrica no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 2º – Para os fins desta lei, considera-se interrupção não programada a suspensão do fornecimento de energia elétrica decorrente de falhas na rede, acidentes, eventos climáticos ou quaisquer outras ocorrências não previamente comunicadas ao consumidor. Artigo 3º – Caracteriza-se como interrupção prolongada, para fins de compensação ao consumidor, a interrupção contínua no fornecimento de energia

elétrica que exceda o período de: I – quatro horas ininterruptas em área urbana; II – oito horas ininterruptas em área rural. Artigo 4º – Verificada a interrupção prolongada, a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica deverá realizar o crédito da compensação de forma automática na fatura subsequente do consumidor afetado, seguindo os seguintes critérios: I – um trinta avos do valor total da fatura mensal para cada vinte e quatro horas de interrupção; II – um sessenta avos do valor total da fatura mensal nos casos de suspensão superior ao prazo descrito no artigo 3º desta lei e que não exceda vinte e quatro horas. Parágrafo único – A compensação de que trata este artigo será cumulativa com outras formas de compensação eventualmente previstas em normas aplicáveis. Artigo 5º – A concessionária deverá destacar na fatura de energia elétrica o tempo total de interrupção do fornecimento e o valor da compensação financeira inserida, com base nos critérios estabelecidos no artigo 4º desta lei. Artigo 6º – O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará a concessionária às sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor. Artigo 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação". Então, senhor presidente, esse projeto de lei, que agora vai tramitar nesta Casa, cria uma forma de forçar a concessionária a cumprir aquilo que já está previsto na resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica. Entre as várias demandas levantadas, a principal foi justamente o atraso no restabelecimento da energia elétrica, além da demora na execução de obras. O deputado Zé Teixeira falava há pouco sobre a demora nas obras quando há solicitação para fornecimento de energia. Mas o principal problema apontado foi o número insuficiente de equipes e prestadores de serviço para a restauração do sistema quando ocorre queda de energia, bem como a demora no prazo para que esse restabelecimento seja realizado, em desacordo com o que determina a resolução da Aneel. Então, peço o apoio dos colegas para esse projeto de lei que irá tramitar nesta Casa. Acredito, inclusive, que ele é constitucional, porque o direito do consumidor é uma competência concorrente entre o Estado e a União. Portanto, é uma forma de buscarmos a melhoria das condições de atendimento das concessionárias de energia elétrica, uma cobrança que todos nós recebemos constantemente durante nossas agendas pelo Estado de Mato Grosso do Sul. Senhor presidente, era só isso hoje. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, o ilustre deputado Junior Mochi. Pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Primeiramente, senhor presidente, quero parabenizar o deputado Caravina, porque realmente, deputado, todos nós recebemos reclamações sobre essa situação. Eu acho que a Energisa deveria permitir que o consumidor contratasse empresas credenciadas para executar redes de dois, três ou quatro quilômetros, como ocorre em confinamentos, aviários, suinocultura e tantas outras atividades que necessitam desse tipo de estrutura. A pessoa contrataria uma rede dentro do padrão exigido pela Energisa e poderia realizar o serviço de forma particular, porque hoje a demora é de quatro, cinco, seis, até sete meses. Tivemos o caso da ligação de um aviário no município de Laguna Carapã que demorou um ano para ser concluída, e isso é um absurdo. Outra questão são as placas solares. Projetos maiores, como ocorre em Nova Alvorada do Sul, estão levando até seis meses para serem ligados. A pessoa faz o

investimento e enfrenta uma enorme morosidade para conseguir a ligação. Então, quero parabenizar o deputado Caravina e me somar a ele para ver se conseguimos conversar com o presidente da Energisa, a fim de mudar esse modelo. Hoje existem poucas empresas para atender todo o Estado de Mato Grosso do Sul, e isso está deixando muito a desejar, além de atrapalhar o desenvolvimento, o progresso e a agilidade das empresas.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, quero cumprimentar todos aqueles que nos prestigiam com suas presenças, bem como toda a assessoria parlamentar, a imprensa e aqueles que nos assistem pela TV Alems ou nos acompanham pelas redes sociais. Senhor presidente, faço uso do Pequeno Expediente para apresentar uma indicação e também um requerimento. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Guilherme Tel Rodrigues da Rocha Sampaio, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), requerendo informações detalhadas acerca do pedido de reajuste da tarifa de pedágio da BR-163, formulado e deferido em favor da Concessionária Motiva Pantanal. A presente proposição requer esclarecimentos pormenorizados sobre os seguintes pontos referentes ao referido reajuste tarifário: 1 - Os fundamentos técnicos, econômicos e jurídicos que embasaram o deferimento do reajuste. 2 - O percentual aplicado e a metodologia de cálculo adotada para sua definição. 3 - Os impactos econômicos e sociais estimados aos usuários da rodovia e ao setor de transporte. 4 - As contrapartidas previstas a serem entregues pela concessionária em decorrência do aumento aprovado. 5 - O eventual cronograma atualizado de investimentos, obras e melhorias vinculadas a esse reajuste específico. Essa solicitação, senhor presidente, se dá porque tomamos conhecimento de que a concessionária formulou junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) um pedido de aumento no valor da tarifa de pedágio. Segundo informações divulgadas pela imprensa, a solicitação teria sido da ordem de 50%. Contudo, ainda de acordo com essas informações, houve deferimento, por parte da ANTT, de um reajuste menor, cujo percentual exato ainda não temos conhecimento, mas que, obviamente, será divulgado e aplicado a partir do mês de agosto do corrente ano. Portanto, em nome desta Casa e, obviamente, da comissão que represento, estou solicitando essas informações para que possamos ter conhecimento preciso acerca do deferimento do reajuste tarifário, evitando que esta Casa seja surpreendida com valores abusivos no aumento do pedágio. Também, senhor presidente, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário e obedecidos os requisitos regimentais, que seja autorizada a reserva do saguão de exposição Nelly Martins, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, para a realização da Missa do Divino Espírito Santo, no próximo dia 8 de junho do corrente ano, às 8h30min, como tradicionalmente ocorre anualmente nesta Casa de Leis. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado

Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 01371/2026). De autoria do deputado João Henrique: quatro requerimentos (Prot. nºs 01340/2026, 01357/2026, 1356/2026, 1340/2026). De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 01385/2026, 1384/2026); um projeto de lei (Prot. nº 1378/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: duas indicações (Prot. nºs 01342/2026, 01342/2026). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. nºs 1343/2026, 01343/2026, 01351/2026); três requerimentos (Prot. nºs 01344/2026, 01344/2026, 1355/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 01353/2026, 01354/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 01352/2026); duas moções de apoio (Prot. nºs 01345/2026, 01345/2026). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 1350/2026, 1349/2026, 1348/2026, 1347/2026). De autoria da deputada Mara Caseiro: duas indicações (Prot. nºs 1383/2026, 1382/2026). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 01360/2026). De autoria do deputado Neno Razuk: duas indicações (Prot. nºs 1377/2026, 01380/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: um projeto de resolução (Prot. nº 01370/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 01372/2026, 01373/2026, 1373/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 01374/2026). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nºs 01339/2026). De autoria do deputado Professor Rinaldo: três indicações (Prot. nºs 01376/2026, 1375/2026, 1379/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 01346/2026). De autoria do deputado Renato Câmara: dois requerimentos (Prot. nºs 01338/2026, 1338/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: dez indicações (Prot. nºs 01359/2026, 01361/2026, 01362/2026, 01369/2026, 01363/2026, 01364/2026, 1365/2026, 1366/2026, 1367/2026, 01368/2026). Registro a presença em nosso Plenário de Bruna Marques Lorentz, atleta de kickboxing nº 1 do Brasil na categoria até cinquenta e cinco quilos. Seja bem-vinda. Registro também a presença de Luciana Barros, superintendente da Sudeco, e do deputado federal por Mato Grosso do Sul, Geraldo Resende, que está na sala VIP fazendo visita à nossa Casa. Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, atendendo à solicitação do ilustre colega deputado Zé Teixeira, estou invertendo o meu tempo com ele, portanto cedo-lhe o tempo de uso da tribuna.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Deputado Zé Teixeira, Vossa Excelência, por gentileza do deputado Junior Mochi, disporá de trinta minutos no Grande Expediente.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senhoras e senhores, eu não poderia deixar de vir a esta tribuna para fazer um elogio à atual Mesa Diretora. Ontem, senhores deputados, tivemos a inauguração de um importante empreendimento realizado pela atual Mesa Diretora e por esta legislatura: o estacionamento da Assembleia Legislativa, que certamente ficará na história do Estado de Mato Grosso do Sul, em especial desta Casa do Povo. Trata-se de uma obra pensada no futuro, na grandeza e no crescimento do nosso

estado. Foi inaugurado ontem o estacionamento da Assembleia Legislativa em sistema vertical, algo extremamente positivo no meu ponto de vista. A solenidade foi muito bonita. Eu fiquei entusiasmado e muito feliz com a recepção e a flexibilidade desta inauguração [sic]. E temos outro grande empreendimento aqui na Assembleia, que é o novo Plenário. E, se Deus quiser, mesmo que não seja concluído nesta Legislatura, poderá ser finalizado na próxima. E eu quero estar presente para assistir, se Deus quiser, a mais esse importante investimento na Assembleia Legislativa. Estou ouvindo as palavras do nosso presidente, Gerson Claro, e quero fazer um elogio a ele e ao primeiro-secretário, Paulo Corrêa, pelo grande trabalho realizado. E, ouvindo esse discurso, eu não poderia deixar de vir aqui para fazer um agradecimento pessoal ao deputado Londres Machado, uma pessoa que está nesta Assembleia exercendo o seu décimo quarto mandato, homem que já era deputado antes da divisão do estado. Quando fui convidado pelo então governador Reinaldo Azambuja para ser primeiro-secretário desta Casa de Leis, o deputado Londres Machado foi o primeiro a me incentivar, dizendo que esta Casa precisava de uma gestão realmente dinâmica e empreendedora. E eu tive o prazer e a satisfação de ser primeiro-secretário ao lado do meu nobre colega deputado Junior Mochi. Foi naquele período que iniciamos um grande projeto de reforma estrutural desta Casa. Depois de mais de quarenta anos de existência, começamos um trabalho para reformar internamente a Assembleia e modernizar toda a estrutura. Durante a pandemia, implantamos também a possibilidade de votação on-line, e isso me deixou muito orgulhoso ao ouvir as palavras do meu colega e amigo de tantos anos, deputado Londres Machado, porque foi ele quem me incentivou. Depois do período do deputado Junior Mochi, tive também o prazer, a satisfação e a alegria de ser primeiro-secretário durante a presidência do deputado Paulo Corrêa. Continuamos as obras e toda a estruturação interna desta Casa, concluindo esse trabalho ao longo de dois períodos: um com o deputado Junior Mochi como presidente e eu como primeiro-secretário; e outro com o deputado Paulo Corrêa na presidência e eu como primeiro-secretário. Nesse período, toda a estrutura da Casa foi reformulada e modernizada. Padronizamos todos os gabinetes, implantamos acessibilidade para pessoas com deficiência física, reformamos os banheiros e todo o Plenário. Na época, este prédio não possuía cobertura adequada. A construção original, realizada há mais de quarenta anos pelo nosso saudoso ex-governador Pedro Pedrossian, grande sonhador e idealizador do Parque dos Poderes, havia sido impermeabilizada apenas com manta e asfalto. Com o passar do tempo, surgiram rachaduras e infiltrações. Quando assumi a primeira-secretaria, chovia mais dentro do Plenário do que lá fora. Fizemos então toda a cobertura com estrutura de ferro e alumínio, o que permitiu, posteriormente, que os deputados Paulo Corrêa e Gerson Claro implantassem também o sistema de energia solar na Casa, gerando economia. E, pela grandiosidade da obra, acredito que ainda haverá excedente de energia para comercialização. Por isso, não poderia deixar de mencionar novamente as palavras do deputado Londres Machado, que foi quem me incentivou. Ele me dizia: “Zé, você é uma pessoa da iniciativa privada, sabe ser gestor, cresceu administrando. Seja primeiro-secretário desta Casa e dê um choque de gestão e administração”. E eu tive o prazer de fazer isso durante quatro anos, ao lado do meu amigo, com quem tive grande entendimento, ele como presidente e eu como primeiro-secretário. Depois, assumiu o deputado Paulo Corrêa, e continuamos com a mesma harmonia e a mesma união. No período da

presidência do deputado Paulo Corrêa, concluímos toda a estruturação interna desta Casa. E ontem tivemos a alegria e o prazer de inaugurar um estacionamento moderno, que ficará eternamente agregado à história da nossa Assembleia Legislativa, pensado para receber as pessoas com conforto. Pode estar chovendo ou acontecendo qualquer situação climática, que o estacionamento estará preparado para atender e receber a população. Isso foi feito pensando no futuro, assim como também realizamos a modernização e informatização da Casa. Hoje temos um Datacenter próprio. Na época, tínhamos duas opções: armazenar tudo em nuvem ou realizar um investimento de aproximadamente nove milhões de reais para construir uma estrutura definitiva aqui na Assembleia. Optamos por fazer um investimento que permanecerá por mais de cinquenta anos, garantindo o armazenamento de tudo o que acontecer nesta Casa de Leis. Então, Paulo...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Concede-me um aparte, deputado?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Com prazer.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Primeiro, quero agradecer a Vossa Excelência. Em segundo lugar, quero dizer que quem começou tudo isso como primeiro-secretário foi Vossa Excelência, deputado Zé Teixeira, juntamente com o deputado Junior Mochi, nosso ex-presidente. Foi naquela gestão que começou a modernização de todos os gabinetes. Houve muita discussão, porque administrar uma mudança dessa magnitude exige maestria. Tinha gente que aceitava as mudanças, tinha gente que não aceitava, era uma grande confusão, mas Vossa Excelência administrou tudo muito bem. Conseguimos, com muito orgulho, ampliar os gabinetes de cinquenta e sete metros quadrados para oitenta e nove metros quadrados, todos padronizados. Levamos os deputados para a parte superior e colocamos os serviços administrativos na parte inferior. Isso já ocorreu na minha gestão como presidente, com Vossa Excelência como primeiro-secretário. Vossa Excelência efetivamente tem um grande trabalho prestado, e o deputado Londres Machado foi muito fiel à verdade ao fazer o reconhecimento que fez. Mas eu também queria falar um pouco mais sobre o estacionamento. Inicialmente, pensamos em construir apenas o estacionamento convencional, mas o presidente Gerson Claro foi arrojado quando me autorizou a fazer o subsolo, o térreo e o primeiro andar. São quinhentas e oitenta e três vagas. Houve pessoas fazendo cálculos sobre o custo por vaga, e acho importante sermos muito claros nessas contas. Talvez eu não saiba fazer conta direito, embora seja engenheiro civil, mas estamos falando de aproximadamente quarenta e quatro milhões de reais para quinhentas e oitenta e três vagas, o que representa em torno de oitenta e cinco mil reais por vaga. Esse é o valor normal de qualquer estrutura verticalizada construída em shopping centers ou empreendimentos semelhantes em todo o Brasil. Utilizamos concreto armado, deputado Zé Teixeira, mas as vigas são de concreto protendido. O concreto protendido permite vigas mais esbeltas, o que deixou o estacionamento bonito e moderno. Além disso, teremos ali um espaço maravilhoso para grandes reuniões e eventos. A nossa festa junina, por exemplo, anunciada ontem pelo presidente, será realizada embaixo de uma estrutura totalmente coberta e diferenciada. Não

derrubamos nenhuma árvore, deputado Zé Teixeira, porque naquele local já existia o estacionamento anterior. Inclusive, as árvores oiti que estavam lá não são espécies originais da região; foram plantadas posteriormente e são consideradas espécies invasoras. Quero dizer a Vossa Excelência que estou muito orgulhoso de esta Casa ter conseguido realizar essa obra. Fizemos a escolha de executar tudo isso com o nosso orçamento, com o nosso duodécimo, e também com o apoio do nosso governador. Se o governador não tivesse aportado os recursos do duodécimo, não conseguiríamos concluir a obra. Estamos terminando esse empreendimento e também executando outra obra que Vossa Excelência já elogiou pessoalmente: o novo Plenário. Trata-se de uma obra maravilhosa, que permitirá incorporar o atual Plenário às funções administrativas da Casa. E talvez muitas pessoas não saibam, mas, quando Mato Grosso do Sul atingir três milhões e trezentos mil habitantes, passaremos de vinte e quatro para vinte e nove deputados estaduais, assim como ocorre em Mato Grosso. Isso exigirá mais cinco gabinetes. Portanto, estamos pensando a Assembleia para o futuro. Planejamos a Casa olhando para frente e avançando passo a passo. Essa obra do novo plenário está prevista para ser concluída em dois anos. Já começamos em janeiro e, se Deus quiser, vamos terminá-la em janeiro de 2028, inaugurando mais essa grande obra. Mas quero agradecer a Vossa Excelência por todo o apoio que nos deu, inclusive com a infraestrutura disponibilizada pela Secretaria de Infraestrutura, e fazer esse agradecimento pessoalmente aqui, diante dos amigos: doutor Osni, que continua atuando na área de licitação, exatamente como já acontecia quando o senhor era primeiro-secretário. Isso porque Vossa Excelência, reconhecendo a competência dele desde os tempos da Sanesul, nos apresentou o currículo do doutor Osni. Nós avaliamos e decidimos mantê-lo na função. Hoje ele continua ajudando muito o João Paulo, que é o secretário de Infraestrutura da Casa. Então, quero deixar aqui esse agradecimento, em meu nome, em nome do presidente Gerson Claro, e de todos nós, pela colaboração de Vossa Excelência em todo esse processo de modernização da Assembleia Legislativa. Muito obrigado, deputado.

DEPUTADO ZE TEIXEIRA (PL) — Recebo com satisfação e prazer o aparte de Vossa Excelência. E eu não estou discutindo aqui valores, deputado. Estamos realizando tudo isso com o duodécimo da Casa e, evidentemente, temos que agradecer ao governador Eduardo Riedel. Mas, em compensação, existe uma parceria entre os Poderes. Tanto o Legislativo quanto o Executivo e o Judiciário atuam em parceria. Tudo aquilo que o Governo devolve em forma de duodécimo também é resultado da parceria da Assembleia Legislativa, aprovando leis estruturantes ainda no governo do ex-governador Reinaldo Azambuja, do qual o governador Riedel fazia parte como secretário. Tivemos o prazer — e Mato Grosso do Sul teve a sorte — de eleger o sucessor do Reinaldo, que é o governador Riedel. E eu acho que, pelo trabalho que ele vem realizando e pela aprovação que possui junto à população do nosso estado, aquilo que está dando certo não deve ser mudado. Mas estou aqui para dizer que o planejamento que fizemos na gestão do deputado Junior Mochi, e que teve continuidade na gestão de Vossa Excelência, estruturou toda a parte interna desta Casa. E hoje, com o planejamento e a construção desse grande estacionamento inaugurado ontem, eu não poderia deixar de vir aqui enaltecer essa obra, que realmente criou um espaço aconchegante e prático, inclusive para realizar eventos, como Vossa Excelência

citou, festas e encontros com amigos, como aconteceu ontem na inauguração. Da mesma forma, destaco também o novo plenário, porque efetivamente esta Legislatura, sob o comando de Vossa Excelência e do presidente Gerson Claro, está planejando a estruturação externa da Casa e o novo Plenário pensando nos próximos cinquenta anos, no crescimento do estado para três ou quatro milhões de habitantes. A história ficará registrada nessas construções e nessa modernização da Assembleia Legislativa para melhor atender a população do nosso estado. Até porque esta Casa não é nossa. Esta Casa pertence ao povo sul-mato-grossense. Nós somos representantes e servidores da população, recebemos nosso salário a partir dos impostos pagos pelos cidadãos. Isso é algo que me deixa muito orgulhoso. Mas eu também não poderia deixar de fazer um agradecimento especial ao início da minha gestão como primeiro-secretário, ao deputado Junior Mochi, e também a Vossa Excelência, com quem tive o prazer de trabalhar durante quatro anos. Hoje, o senhor como primeiro-secretário e o presidente Gerson Claro vêm realizando uma gestão brilhante. Eu não poderia deixar passar em branco essa inauguração maravilhosa que tivemos ontem, com a presença de diversas autoridades, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do governador do Estado e de toda a Assembleia Legislativa. Foi uma festa muito bonita. Por isso vim aqui fazer esse agradecimento, em especial também ao meu querido amigo e eterno presidente Londres Machado, que ontem, em sua fala, lembrou o incentivo que me deu. Porque, às vezes, lidar com recursos públicos nos assusta, diante de tantas falcatuas, irregularidades, prisões e operações do Gaeco acontecendo todos os dias. Mas tenho certeza de que tanto eu quanto Vossa Excelência, ao lado do deputado Junior Mochi, fizemos uma gestão clara, transparente e responsável na utilização dos recursos públicos. Fizemos tudo com grandeza, deixamos esta Casa bonita e, agora, Vossa Excelência e o presidente Gerson Claro estão fazendo com que ela fique ainda mais bonita. Por isso, deixo aqui meus sinceros agradecimentos e mandou um abraço carinhoso ao meu amigo e colega deputado Londres Machado. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Agradeço as suas palavras, deputado Zé Teixeira. Ainda inscrito no Grande Expediente, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Deputada, Vossa Excelência dispõe de trinta minutos. Antes, porém, quero registrar a presença, em nosso Plenário, do meu companheiro, pré-candidato a deputado federal, Carlos Bernardo. Seja bem-vindo à nossa Casa, meu irmão.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — sem revisão da oradora — Senhor presidente, quero iniciar deixando um bom dia a Vossa Excelência, a todos os deputados e deputadas, e também a todos que nos visitam nesta manhã. Vejo aqui a Janete, que foi candidata, e as vereadoras da querida Amambai. Também os vereadores de Mundo Novo, Wanderley Boteco e Caldinho. Há pouco também estive conosco o Moretti, da querida Paranaíba, além do Léo e do vereador João Paulo, lá de Caarapó. Sejam todos muito bem-vindos. Também cumprimento o Robinho e o vereador Zé Armando — desculpe, Zé Armando, acabou passando despercebido aqui —, mas é um prazer tê-los conosco,

representando a nossa querida Rio Verde de Mato Grosso. Bem, senhor presidente, subo hoje a esta tribuna com profunda preocupação e, acima de tudo, com senso de justiça diante da situação dramática vivida pelas famílias do Porto Caiuá, no município de Naviraí. Vossa Excelência conhece muito bem o Porto Caiuá e sabe da importância daquelas famílias para aquela região. Estamos falando de homens e mulheres que construíram suas vidas às margens do rio Paraná. Famílias ribeirinhas, pescadores profissionais, comerciantes, trabalhadores do turismo, pilotos de barco, guias de pesca, pequenos empreendedores e moradores que vivem naquela região há muitas décadas. Muitos deles estão ali desde os anos 1940, 1950 e 1960. Pessoas simples, trabalhadoras e honestas, que criaram seus filhos naquele local, construíram suas casas com esforço e transformaram o Porto Caiuá não apenas em um ponto turístico, mas em uma verdadeira comunidade humana, cultural e histórica de nosso Mato Grosso do Sul. Nos últimos anos, essas famílias vêm enfrentando uma luta angustiante na Justiça Federal. Processos judiciais vêm sendo movidos pedindo a demolição imediata das moradias localizadas à margem direita do rio Paraná, sob o entendimento de que seriam ocupações irregulares em área da União. Agora, a situação se agravou ainda mais. No dia 14 de abril de 2026, oficiais de Justiça estiveram no Porto Caiuá entregando notificações judiciais para que os moradores desocupem seus imóveis, sob pena de demolição. Aqueles que não foram encontrados pessoalmente serão notificados por edital oficial. Imaginem a dor dessas famílias. Imaginem a angústia de uma mãe sem saber para onde irá. Imaginem um pescador, que depende diariamente do rio para sobreviver, sendo retirado do local onde trabalhou a vida inteira. Imaginem comerciantes, guias e trabalhadores do turismo vendo desaparecer, diante dos seus olhos, a única fonte de sustento de suas famílias. Ali existem histórias de décadas. Existem vidas. Existe dignidade. E é preciso deixar algo muito claro nesta tribuna: os moradores do Porto Caiuá não são criminosos ambientais. Eles fazem parte daquele ambiente, são pessoas que convivem diariamente com o rio, dependem dele para sobreviver e, justamente por isso, aprenderam a respeitá-lo e preservá-lo. Além disso, o Porto Caiuá não surgiu ontem. Em 2011, o município de Naviraí reconheceu oficialmente sua relevância ao criar, por meio da Lei Municipal nº 1.603/2011, o distrito de Porto Caiuá. Portanto, hoje o Porto Caiuá já é oficialmente um distrito. Ali já existiram mercado, farmácia, hotel, serraria, posto policial e tantas outras estruturas comunitárias que comprovam a consolidação histórica daquela localidade. Também existem estudos arqueológicos e técnicos que apontam a enorme importância histórica, cultural e identitária daquela região para Mato Grosso do Sul. Portanto, não estamos discutindo apenas construções ou edificações. Estamos discutindo patrimônio humano. Estamos discutindo famílias inteiras ameaçadas de perder tudo aquilo que construíram ao longo da vida. E vamos deixar algo muito claro: é evidente que defendemos a preservação ambiental. O meio ambiente precisa e deve ser protegido. Mas também é verdade que não pode existir proteção ambiental sem responsabilidade social e sem humanidade.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Concede-me um aparte, deputada?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Concedo, sim, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Agradeço a Vossa Excelência por conceder o aparte. E eu digo o seguinte: acho que estão invertendo as coisas com esse discurso de preservação ambiental. Basta ir ao Porto Caiuá e ver a preservação que existe naquele local. Tem alguém que construiu na beira do rio? Tem. Precisa sair? Sim. Como prevê o Código Florestal, aprovado pela Câmara dos Deputados e sancionado pelo presidente da República, deve haver cinquenta metros de mata ciliar. Está preservando a mata ciliar? Sim. Então está correto. O restante é conversa fiada. É gente querendo aparecer, aplicando multas, fazendo todo tipo de ação e querendo expulsar as pessoas. Nós temos que defender, sim, essas famílias, e Vossa Excelência pode contar comigo. Na área ambiental, inclusive, tenho especialização em engenharia ambiental e entendo que, muitas vezes, o que ocorre é exatamente isso que estamos falando: perseguição política, porque o Porto Caiuá faz parte da história de Naviraí, assim como outros portos históricos, como o Porto Morumbi.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Exatamente!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Como lá embaixo em...

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Porto Santo Antônio!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Porto Santo Antônio e lá embaixo na Prainha, em Mundo Novo. Então, quer dizer que os "caras" vão acabar com tudo?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Exatamente!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — O acesso ao rio precisa existir e, se não houver de um jeito, haverá de outro. Por isso, entendo que a fiscalização deve ser proativa para efetivamente conservar o meio ambiente, e não para destruir famílias que, com muito esforço, possuem ali um rancho de lazer, um pequeno rancho de pesca ou desenvolvem uma atividade recreativa nos fins de semana. E, mais importante do que isso, existem famílias que tiram dali o seu sustento, vivendo daquela atividade e daquela convivência histórica com o rio.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Nós temos ali um clube de pescadores que existe desde 1928, construído naquele local, senhor presidente...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Sorocaba, não é?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — É uma coisa absurda!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Sorocaba. Clube Sorocaba.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Exato. Acho que é isso mesmo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Então, quer dizer, eu entendo que, se a gente não conseguir manter essas pessoas onde estão... "Ah estão dentro da mata ciliar". Sou contra... [trecho inaudível].

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — É isso mesmo, senhor presidente. Ele foi construído em 1938; é o Clube de Pesca Sorocaba.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Clube de Pesca Sorocaba. Quero me somar a Vossa Excelência nessa defesa e, no que for necessário, estarei junto. Inclusive, se Vossa Excelência entender pela realização de uma audiência pública aqui na Casa, pode contar comigo, porque sou parceiro nessa luta.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Obrigada, senhor presidente!

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Permite-me um aparte?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Primeiro, quero me somar a Vossa Excelência com relação ao seu pronunciamento e à defesa do nosso patrimônio histórico e das nossas tradições. Eu também conheço o Porto Caiuá e já estive lá algumas vezes. Posso afirmar que realmente se trata de um lugar antigo, histórico e extremamente importante para a nossa cultura regional. E nós precisamos compreender isso. Tivemos recentemente um problema semelhante envolvendo a região das Sete Quedas, em Rio Verde de Mato Grosso, onde houve determinação para derrubar tudo aquilo que estava construído. Felizmente, encontramos um registro histórico de 1981, portanto, sete anos antes da Constituição Federal, considerando a área consolidada. Então, as áreas consolidadas, especialmente aquelas anteriores ao atual texto constitucional, como é o caso do Porto Caiuá, evidentemente não podem ser submetidas ao mesmo tratamento jurídico, uma vez que foram constituídas sob a égide da Constituição e da legislação anteriores, que não vedavam esse tipo de ocupação. Portanto, não é possível simplesmente aplicar uma nova legislação para prejudicar situações consolidadas há décadas. A lei retroage para beneficiar, nunca para prejudicar. Por isso, entendo que essa é uma discussão que realmente precisa acontecer, e me somo a Vossa Excelência nessa defesa.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Obrigado, deputado Junior Mochi, que trouxe aqui uma importante reflexão: a de que a lei realmente não pode retroagir para causar prejuízos à população, mas sim para trazer benefícios. Eu tinha um vídeo para apresentar, mostrando a indignação dos moradores daquela região, mas acredito que talvez não haja mais tempo. Ainda assim, se houver possibilidade, senhor presidente...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Há tempo sim, senhora.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Então, por favor, gostaria que o pessoal da comunicação apresentasse o vídeo. Obrigada. [Apresentação de vídeo]. É um povo sofrido, um povo que precisa de ajuda e que precisa receber um olhar mais humanizado. Ontem conversei um pouco com o nosso secretário Arthur, que hoje está na Semadesc, e ele também disse: “Mara, nós queremos ajudar a construir uma solução para esse povo”. Porque o que não podemos fazer é fechar os olhos para a crueldade que pode ser praticada contra essas pessoas, que estão ali há muitos anos, como bem disse aqui o deputado Junior Mochi, muito antes até da Constituição Federal e das legislações mais recentes. E é justamente por isso que precisamos defender alternativas equilibradas, técnicas e sustentáveis. Existem caminhos possíveis. Inclusive, já há estudos e iniciativas voltadas à regularização fundiária e à organização urbanística daquela região, demonstrando que existe possibilidade real de construir soluções menos traumáticas e mais humanas. E gostei muito, senhor presidente, quando também se falou aqui sobre a possibilidade de promovermos uma audiência pública, para debatermos e discutirmos soluções que possam garantir a essas pessoas a continuidade do trabalho com dignidade e, com certeza, assegurar aquilo que para elas representa um direito: permanecer no local onde sempre viveram. Muito obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, temos dezenove deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 270/2024. Solicito a presença do deputado Antonio Vaz, autor do projeto. Última chamada para o Item 1, em redação final; solicito a presença do autor. Eu estou partindo para o Item 2, em função da ausência do autor, podendo voltar depois ao Item 1. Eu gostaria de que o deputado Antonio Vaz fosse comunicado, para que ele compareça aqui. Item 2. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 005/2026. Autora: Mesa Diretora. “Aprova a recondução de Regiane Amorim Monteiro Mishima para exercer o cargo de diretora de Inovação, Relações Institucionais e Assuntos Correlatos à Agems”. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, apenas me permita...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Claro.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — ...registrar a presença do ilustre vereador Peteca, do município de Coxim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Perfeitamente. Seja bem-vindo, vereador Peteca. Enquanto está em votação, registro a presença do Delegado Camargo, deputado estadual de Rondônia. Seja bem-vindo. Registro também a presença de Ademir Ferreira da Silva, o Peteca; de Ricardo Fávaro Júnior, o Ricardinho, de Itaquiraí; da Luciana Barros; do Luiz Pistão, presidente da Câmara de Antônio João; do Jaquelino, também vereador do município de Antônio João; do Robson Rodrigues Machado, o Robinho, vereador do município de Rio Verde de Mato Grosso; do César Moretti, vereador do município de Paranaíba; do Zé Armando e do Amauri Careca, vereadores do município de Rio Verde de Mato Grosso. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa. Ainda em votação. Encerrada a votação.

Projeto de Lei nº 005/2026, de autoria da Mesa Diretora.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Solicito o resultado da votação ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são quinze votos favoráveis e um contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Solicito saber se o deputado Gerson Claro está... Perdão... Vamos inverter, porque agora o deputado Antonio Vaz está presente. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 270/2024. Autor: deputado Antonio Vaz. "Dispõe sobre a instituição de diretriz de apoio às trilhas e às rotas no Estado de Mato Grosso do Sul". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão, encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 0270/2024, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Aprovado. Vai ao Expediente. Parabéns, deputado Antonio Vaz, autor do projeto. Item 3. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 013/2026. Autor: deputado Gerson Claro. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a quem especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Professor Rinaldo. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 013/2026, de autoria do deputado Gerson Claro.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezessete votos favoráveis e nenhum contrário. Perdão, senhor presidente. Eu quero registrar o voto do deputado Renato Câmara. Então, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Aprovado o projeto de resolução que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor José Odvar Lopes. Vai ao Expediente. Parabéns, senhor presidente deputado Gerson Claro, por conceder o título de cidadão a uma pessoa que está fazendo um grande desenvolvimento em Mato Grosso do Sul. O senhor José Lopes é proprietário da Inpasa. Item 4. Projeto de Lei nº 020/2026. A deputada Lia Nogueira está presente na Sessão? Está presente. Projeto de Lei nº 020/2026. Autora: deputada Lia Nogueira. "Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Douradown, localizada no município de Dourados". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 020/2026, de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são quatorze votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Quatro requerimentos, trinta e uma indicações, uma moção de apoio, vinte e oito moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Gerson Claro, em razão do falecimento da professora Dolores Therezinha Mattje Farias. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento do senhor Fernando Hashinokuti. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do senhor Silas Rodrigues de Lima. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do senhor André Marciano. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h41min).